

HABEAS CORPUS Nº 488.942 - SP (2019/0007979-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ELIZANGELA OLIVEIRA DOS SANTOS - SP348284
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PABLO DANILO DOS SANTOS DAMASIO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de PABLO DANILO DOS SANTOS DAMASIO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que indeferiu o pleito emergencial no *writ* originário (HC n. 2002283-98.2019.8.26.0000).

Infere-se dos autos que o paciente foi condenado, por infração aos arts. 147 e 330 do Código Penal c/c a Lei n. 11.340/2006, à pena de 4 meses de detenção, em regime semiaberto, sendo-lhe negado o direito de apelar em liberdade.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem que, como mencionado, indeferiu o pedido liminar (e-STJ fls. 114/117).

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, que a sentença condenatória, ao negar o apelo em liberdade, deixou de indicar elementos concretos aptos a configurar uma das hipóteses do art. 312 do CPP.

Ressalta que "o paciente se encontra cautelarmente custodiado desde 14 de novembro de 2018, ou seja, 2 MESES EM REGIME FECHADO, EMBORA A SENTENÇA TENHA FIXADO O REGIME SEMIABERTO e uma pena total de 4 MESES DE DETENÇÃO" (e-STJ fl. 5).

Diante disso, requer seja concedido ao paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento de seu apelo.

Indeferida a liminar (e-STJ fls. 133/134) e prestadas as

informações (e-STJ fls. 137/149), o Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do *mandamus* (e-STJ fls. 154/156).

É o relatório. **Decido.**

Consoante informações obtidas no endereço eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que a Segunda Câmara de Direito Criminal, em 7/2/2018, ao julgar o mérito do *writ* originário, concedeu a ordem e determinou a expedição do competente alvará de soltura em favor do paciente.

Nesse contexto, fica sem objeto o pedido contido na inicial.

Ante o exposto, com base no art. 34, incisos XI e XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *mandamus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília/DF, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator